



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

ATA de Registro de Preços Nº 174 /2025

O MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.500/0001-47, com sede administrativa na Praça Santana, n. 242 - Centro - cidade de Ponto Chique/MG, neste ato aqui representado pelo prefeito municipal senhor Geraldo Magela Flavio Rabelo, a seguir denominado simplesmente “**Contratante**”, e de outro a empresa TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI ME inscrita sob o CNPJ nº 27 274 178/0001-87, com sede administrativa em Avenida Canaã, SALA 1, andar primeiro, 3000, Setor 01, Ariquemes, RO, CEP 76870140 , a seguir denominada “**Contratada**”, neste ato representada pelo Sr TEREZINHA DE JESUS ARAUJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI inscrito no CPF nº 32681364272, e-mail: tjvendasespeciais@gmail.com têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato da Modalidade 36/2025 , nos termos constantes neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

1.1. Constitui o objeto da presente **ARP o “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG”.**

1.2. Os serviços deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

1.3. DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

RAZÃO SOCIAL:TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI ME

RESPONSÁVEL:TEREZINHA DE JESUS ARAUJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI

CNPJ:27 274 178/0001-87

ENDEREÇO:Avenida Canaã, SALA 1, andar primeiro

CIDADE: Ariquemes

TELEFONE(S): (69)3535-3811

ESTADO: RO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

EMAIL: tjvendasespeciais@gmail.com

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Lote 53			
SSD , Capacidade de armazenamento digital 480 gb, Interface do disco rígido, Serial ATA-600, Tecnologia de conectividade SATA, Fator de forma de disco rígido 2,5 Polegadas Descrição do disco rígido, Unidade de estado sólido Dispositivos compatíveis, Desktop, Notebook Tipo de instalação Disco rígido externo.			
Descrição dos Itens	Quantidade / Unidade	Unitário Final	Sub Total
SSD , Capacidade de armazenamento digital 480 gb, Interface do disco rígido, Serial ATA-600, Tecnologia de conectividade SATA, Fator de forma de disco rígido 2,5 Polegadas Descrição do disco rígido, Unidade de estado sólido Dispositivos compatíveis, Desktop, Notebook Tipo de instalação Disco rígido externo.	10,00 unidade	R\$ 335,00	R\$ 3.350,00
Marca: K-MEMORY	Fabricante: K-MEMORY	Modelo: KMSSDA/512GB	
Total Lote 53	x1		R\$ 3.350,00

Lote 67			
CABO DE REDE UTP CAT6 - 305 METROS Descrição Detalhada: Cabo de rede de par trançado não blindado UUTP, categoria 6 Cat6, com 4 pares de condutores de cobre sólido 100% puro, bitola AWG 24, conforme padrão ANSITIA-568.2-D			
Descrição dos Itens	Quantidade / Unidade	Unitário Final	Sub Total
CABO DE REDE UTP CAT6 - 305 METROS Descrição Detalhada: Cabo de rede de par trançado não blindado UUTP, categoria 6 Cat6, com 4 pares de condutores de cobre sólido 100% puro, bitola AWG 24, conforme padrão ANSITIA-568.2-D	3,00 caixa	R\$ 1.280,00	R\$ 3.840,00
Marca: MPT	Fabricante: MPT	Modelo: U/UTP CAT6 CMX HOM. ANATEL	
Total Lote 67	x1		R\$ 3.840,00

Assinado por 2 pessoas: TEREZINHA DE JESUS ARAUJO DE OLIVEIRA BERNARDINELLI e GERALDO MAGELA FLAVIO RABELO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitdigital1.doc.com.br/verificacao/FE2C-5B10-DEEA-FD20> e informe o código FE2C-5B10-DEEA-FD20





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

R\$ 7.190,00 (sete mil e cento e noventa reais)

3.2. Os pagamentos serão efetuados conforme escala de Programação Financeira de Pagamentos definidos para o exercício vigente, sendo que, não excederá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias para realização dos pagamentos após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 4.1. O índice de reajustamento é IPCA/IBGE (ou outro índice que venha a substituí-lo) acumulado no período de 12 meses a contar da proposta, as condições para reajustamento são



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

as determinadas pela Lei 14.133/2021.

- 4.1.1. Os preços poderão ser alterados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contratual tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 124 da Lei nº 14.133/21 e alterações (situações supervenientes e imprevisas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 14.133/21, nos casos em que o município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CARACTERÍSTICAS DOS FORNECIMENTOS REGISTRADOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos na Lei 14.133/2021.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues na forma que segue o item 3 do Termo de Referência.

5.3. A Fiscalização e aceitação do serviço será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente desta licitação, através de servidores da Secretaria municipal de Administração, mediante Portaria. Sendo que os produtos serão recebidos depois de conferidas as especificações, quantidades e preços pactuados contratualmente e prazo de validade dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal, conforme Parecer Contábil emitido pelo Departamento de Contabilidade, conforme a seguir:

02.01.01.04.122.0002.3005.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 46
02.01.04.14.125.0002.3006.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 72
03.01.01.04.122.0002.2.017.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 77
03.01.01.04.122.0002.3007.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 88-89
03.01.02.04.122.0002.3008.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 97
03.01.02.05.153.0003.3010.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 106
03.02.02.04.123.0002.3014.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 156
03.02.03.04.129.0002.3087.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 166
04.01.01.27.812.0028.2.045.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 171

04.01.01.27.812.0028.3033.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 180-181

04.01.03.13.392.0020.2.047.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 194

04.02.031. 13.122.0020.2048.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 208

04.03.01. 13.695.0021.2050.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 225
05.01.01.10.122.0013.2.051.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 235
05.01.0110.122.0013.3042.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 249
05.01.02.10.301.0010.2.054.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha
272-273-274-275-276-277-278

05.01.02.10.301.0010.3043.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas
300-301-302

05.01.03.10.302.0011.2.056.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 312-313-314-315
05.01.03.10.302.0011.3046.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 335-336

05.01.04.10.304.0012.2.060.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 347-348-349
05.01.04.10.304.0012.3048.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas
358-359-360

05.01.04.10.305.0012.2.112.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 369-370-371
05.01.04.10.305.0012.3088.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 374-375

05.01.05.10.303.0014.2.061.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 388-389-390-391
05.01.05.10.303.0014.3049.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas
402-403-404

05.02.01.17.511.0023.2.062.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 410
06.01.01.12.122.0015.2.064.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 425-426



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

06.01.01.12.122.0015.3054.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 434-435-436- 437

06.01.02.12.365.0019.2.067.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 454-455-456-457
06.01.02.12.365.0019.3055.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 468-469-470- 471

06.01.02.12.367.0017.3057.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 488
06.01.03.12.361.0016.2.073.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 511-512-513-514-515
06.01.03.12.361.0016.3060.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 550-551-552
07.01.01.04.122.0002.3062.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 591
08.01.01.20.122.0002.2.081.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 597
08.01.01.20.122.0002.3063.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 604-605
08.01.02.20.606.0026.3066.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 631-632-633- 634-635
09.01.01.08.122.0004.2089.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 644

09.01.01.08.122.0004.2113.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 657
09.01.01.08.122.0004.3069.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 664
09.02.01.08.122.0004.3094.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 681-682

09.02.02.08.245.0005.2.117.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 689-690-691
09.02.02.08.245.0005.2.118.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 714-715
09.02.02.08.245.0005.3096.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 726-727

09.02.02.08.245.0005.3097.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Fichas 728-729

09.02.03.08.245.0007.3098.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 735
09.02.04.08.245.0008.3099.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 742
09.02.05.08.122.0009.2.121.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Fichas 749-750
09.02.05.08.122.0009.3100.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 756
09.02.06.08.244.0006.3077.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 766
09.03.01.08.243.0006.3078.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 782-783

10.01.01.18.122.0025.2.105.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 809
10.01.01.18.541.0025.3085.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 819
10.02.01.18.541.0025.3086.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 826
11.01.01.15.122.0002.2.037.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 830
11.01.01.15.122.0002.3015.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 839-840

11.01.01.15.452.0022.3019.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 856
11.02.01.15.452.0022.2.040.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 865
11.02.01.15.452.0022.3023.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 881
11.02.01.15.452.0022.3026.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 884
11.03.01.26.782.0027.2.044.3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 891
11.03.01.26.782.0027.3030.4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - Ficha 907-908-909



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos materiais/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo estabelecido na Cláusula Quinta do presente instrumento;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos materiais/serviços objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

7.1.12. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.13. Receber, analisar e decidir sobre os produtos, os quais em virtude do objeto, deverão ser entregues/fornecidos de forma imediata, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.14. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas e entregues;

7.1.15. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

7.1.16. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1- A fornecedora obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

7.2.2. Entregar o material no local indicado pelo Município, nas datas previamente marcadas, quantidades e especificações solicitadas, obedecendo ao constante da Ordem de Serviço.

7.2.4. Fornecer o material de acordo com as solicitações emitidas pela Secretaria requisitante, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.

7.2.5. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Secretaria requisitante.

7.2.6. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimento de dúvidas de quaisquer naturezas quanto aos serviços a serem executados.

7.2.6. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente da prestação do serviço.

7.2.7. Reparar, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, produtos que obtiveram do CONTRATANTE, ou de seus prepostos, o certificado de não aceitação, por motivos de irregularidades ou defeitos, conforme descrito nos termos do contrato.

7.2.8. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Ponto Chique/MG ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações legais ou contratuais a que estiver sujeito.

7.2.12. Atender à solicitação de serviço dentro dos prazos estipulados neste Termo de Referência, devendo ainda informar ciência do pedido no prazo de 2 (duas) horas a contar do seu recebimento.

7.2.9. Manter em estoque um mínimo de materiais e componentes de reposição regular necessários à execução do objeto do contrato.

7.2.10. Aceitar, pelos mesmos preços e nas mesmas condições contratuais, acréscimos que lhe forem determinados, nos limites legais.

8.11. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

7.2.12. Possibilitar o acompanhamento da entrega dos produtos por representantes da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

CONTRATANTE, caso o Município julgue necessário.

7.2.13. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer prejuízo causado com o material em decorrência do transporte.

7.2.14. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o Termo de Referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos serviços. 7.2.15. O material que apresentar erros ou desconformidade com as exigências normativas não será recebido definitivamente, devendo ser imediatamente substituído pela CONTRATADA, sem ônus para o Município.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas na Lei Federal 14.133/2021 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Ponto Chique, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas na Lei 14.133/2021. 8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a LICITANTE/CONTRATANTE estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o município de Ponto Chique-MG;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

8.3.4. Multa de 20% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de **inexecução total da obrigação assumida**;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a contratada não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o município, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o município de Ponto Chique-MG poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos termos da Lei 14.133/2021, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2025, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece aos termos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2025, bem como da Proposta de Preço apresentada pela Promitente Fornecedora e ao que determina a Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 07/2024, bem como suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A Fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Atuarão como fiscais de contrato da presente aquisição os fiscais nomeados para cada secretaria conforme Decreto nº 007/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

17.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

17.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS

18.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

18.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para o fornecimento do objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

18.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

18.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

18.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

18.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CORONA

19.1. Desde que haja previsão legal na Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 07/2024, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Brasília de Minas-MG, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Ponto Chique-MG, 04 de dezembro de 2025.

GERALDO MAGELA FLAVIO RABELO

Contratante

TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI ME



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais

Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FE2C-5B10-DEEA-FD20

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TEREZINHA DE JESUS ARAUJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI (CPF 326.XXX.XXX-72) em
04/12/2025 18:32:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



GERALDO MAGELA FLAVIO RABELO (CPF 367.XXX.XXX-04) em 05/12/2025 08:56:27 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/FE2C-5B10-DEEA-FD20>